

# PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA PAULISTA

*Angela Kageyama<sup>1</sup>*

**RESUMO** - Este trabalho dá continuidade aos estudos sobre pluriatividade na agricultura, desenvolvidos pelo projeto RURBANO, apresentando os resultados empíricos da análise para o Estado de São Paulo, a partir da PNAD de 1995. Foram comparadas algumas características dos domicílios agrícolas pluriativos e monoativos em cinco regiões, abrangendo 572 municípios do estado, com a finalidade de captar possíveis influências das economias locais nas características da pluriatividade.

**Palavras chaves:** Agricultura, pluriatividade, economias locais.

## INTRODUÇÃO

Neste trabalho são utilizados os resultados de uma regionalização feita para o Estado de São Paulo, a partir de indicadores sócio-econômicos do Censo Demográfico de 1991, em que 572 municípios paulistas foram classificados em cinco tipos de “economias regionais ou locais”. Para cada classe são estudadas características da pluriatividade nos domicílios agrícolas, usando-se dados da PNAD de 1995, com o objetivo de analisar a pluriatividade em níveis mais desagregados que o estadual e verificar como as diferenças regionais afetam a pluriatividade, no caso específico de São Paulo.

Em trabalho anterior (Kageyama, 1998), mostrou-se, a partir de uma revisão da literatura internacional, a necessidade de ultrapassar os cortes de tipo rural-urbano e buscar uma unidade territorial com significado econômico e social mais adequado para analisar fenômenos, como a

---

<sup>1</sup> Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Caixa Postal 6135. Campinas, SP.

pluriatividade, que pressupõe relações entre os setores econômicos e o território. Uma forma de associar os dois temas - atividade e território - do ponto de vista econômico e social, é de “inserção na economia local”, isto é, como se dá a integração das famílias, domicílios, indivíduos ou empresas nas redes locais e nos mercados locais e nacionais. A pluriatividade é uma dessas formas de inserção.

Para superar a dicotomia rural-urbano, os estudos têm procurado enfatizar as *relações* do rural com a cidade, vila ou área urbanizada próxima, propondo uma idéia de *entorno* ou *contexto* no qual a economia agrícola está inserida. Seria uma espécie de nível meso de análise, porque ultrapassa a unidade produtiva, a família e os atores individuais (micro) e fica aquém do nível geral de desenvolvimento do país ou da grande região (macro)<sup>2</sup>.

Neste trabalho, procura-se aplicar esse referencial à economia agrícola paulista, cruzando o corte territorial construído a partir de indicadores sociais e econômicos, com a classificação dos domicílios agrícolas segundo a presença ou não de pluriatividade, isto é, a combinação de atividades agrícolas com atividades em outros setores da economia.

## METODOLOGIA

### Fontes dos dados e universo selecionado

Utilizaram-se os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 1995, no cálculo dos indicadores para dois tipos de unidades domiciliares em cinco regiões do Estado de São Paulo.

O uso dos dados da PNAD, em regiões menores que o estado (exceto região metropolitana), é problemático, em razão da redução da amostra, o que pode levar a estimativas imprecisas (pouco confiáveis). No presente caso, porém, há os seguintes atenuantes que permitem usar os dados para indicar tendências gerais: a) A amostra de São Paulo é

---

<sup>2</sup> Trata-se, mais propriamente, de um nível meso de *agregação* espacial que leva em conta características econômicas e sociais, e que não pode, evidentemente, substituir os níveis de análise micro e macroeconômico e suas unidades analíticas (firmas, mercados etc.).

relativamente grande, em virtude do processo de amostragem da PNAD<sup>3</sup>, embora a fração de amostragem em São Paulo seja a menor utilizada entre os estados (1:750), e os números absolutos de municípios, setores e domicílios selecionados são os mais elevados do país (106 municípios, 857 setores e 13.757 domicílios em 1995), o que garante valores razoavelmente elevados de domicílios e pessoas nos diversos cortes utilizados na pesquisa; b) Quase sempre serão calculados indicadores relativos, e não valores absolutos; c) Não serão feitas comparações temporais, o que evita problemas de variações da amostra entre anos e as projeções feitas a partir dos Censos de 1980 e 1991. Dadas essas condições, acredita-se que, embora com limitações intrínsecas à natureza dos dados amostrais, os resultados possam revelar diferenças regionais importantes, servindo, sobretudo, para orientar pesquisas mais aprofundadas, como estudos de casos locais. Este é, na verdade, o principal objetivo deste trabalho.

A unidade inicial de análise é o *domicílio agrícola*, definido como aquele em que há pelo menos uma pessoa de 10 anos ou mais, cujo ramo de atividade principal, no ano de referência, seja a agricultura. Embora tanto a família como o domicílio ou unidade produtiva familiar possam constituir unidades adequadas para a análise da pluriatividade, a escolha recaiu sobre o domicílio, por ser esta a unidade de coleta dos dados da PNAD, constituindo, portanto, sua divisão “natural”, o que evita introduzir problemas adicionais relacionados com a amostra. Além disso, em São Paulo, a diferença entre o número de domicílios e as famílias agrícolas pode ser considerada desprezível, visto que, dos 848.248 domicílios, apenas 13.902 possuem mais de uma família (1,6%); das 3.641.576 pessoas residentes em domicílios agrícolas, e apenas 87.380

---

<sup>3</sup> A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios é realizada a partir de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares. No primeiro estágio, as unidades (municípios) são classificadas em duas categorias: auto-representativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não auto-representativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passam por um processo de estratificação e, em cada estrato, são selecionados, com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico de 1991. No segundo estágio, as unidades (setores censitários) são selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes, por ocasião do Censo Demográfico de 1991, como medida de tamanho. No último estágio são selecionados, com equi-probabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação. (Ver *Introdução* das PNADs de 1992 a 1995).

se encontram em domicílios multifamiliares (2,4%). Dessa forma, os resultados por domicílio ou por família praticamente tendem a igualar-se.

Selecionaram-se, inicialmente, todas as pessoas (de 10 anos e mais) cujo ramo de atividade principal seja a agricultura, no ano de referência (1.431.259 pessoas para o total do estado); em seguida, foram identificados os domicílios em que residem essas pessoas (848.248 domicílios). Foram, a seguir, recompostos todos os residentes desses domicílios, isto é, residentes em domicílios com, pelo menos, uma pessoa ocupada na agricultura (3.641.576 pessoas; 10,7% do total de residentes do estado).

### Identificação dos domicílios pluriativos

Foram definidos como pluriativos os domicílios em que, além da(s) pessoa(s) ocupada(s) na agricultura, houvesse pelo menos mais uma pessoa ocupada em qualquer outro ramo de atividade não-agrícola; nos domicílios exclusivamente agrícolas ou monoativos só há pessoas ocupadas na agricultura, sem nenhum outro ramo de atividade<sup>4</sup>.

É comum, em estudos sobre pluriatividade, restringir o conceito às unidades produtivas familiares. Se isto fosse feito, sua dimensão em São Paulo ficaria bastante reduzida. Admitindo-se como aproximação, que os domicílios agrícolas de conta própria, empregadores<sup>5</sup> e autoconsumo pudessem representar a agricultura de caráter familiar, haveria apenas 128.186 domicílios, com 432.581 pessoas residentes (39% delas nas duas regiões mais pobres). Há, também, autores que admitem que a unidade pluriativa pode ser o indivíduo com mais de uma ocupação, sendo uma delas agrícola<sup>6</sup>. Nesse caso, seriam encontradas apenas 7.267 pessoas pluriativas na agricultura paulista (0,5% dos ocupados na agricultura).

<sup>4</sup> Esta definição restringe a idéia de pluriatividade ao fenômeno da presença simultânea, numa família ou domicílio, de *atividades em diferentes setores* da economia. Uma definição mais abrangente (adotada inclusive no Projeto RURBANO) considera como pluriatividade também a ocorrência de ocupações secundárias na própria atividade agrícola (por exemplo, o pequeno agricultor, que também é assalariado temporário em outra propriedade agrícola).

<sup>5</sup> A rigor, deveriam ser excluídos os domicílios dos grandes empregadores, mas dada a dificuldade desse procedimento a partir da PNAD e dado seu pequeno número absoluto, foram mantidos no cálculo.

<sup>6</sup> Por exemplo, Barthez (1987).

## Regionalização

A idéia de “economia local”, utilizada em vários trabalhos sobre pluriatividade agrícola na Europa é uma forma interessante de corte territorial, mas coloca o problema de como gerar agregados territoriais com significado relevante a partir de variáveis mensuráveis e disponíveis<sup>7</sup>. Nos levantamentos diretos em áreas restritas (estudos de caso), parte do problema deixa de existir porque podem ser criadas e mensuradas variáveis específicas para delimitar espaços sem restrições administrativas, censitárias e estatísticas. Já nas análises mais abrangentes, a partir de estatísticas censitárias ou amostrais, é possível gerar tipologias ou agrupamentos a partir de variáveis e níveis de agregação previamente existentes (por exemplo, municípios, distritos censitários etc.), a partir de algoritmos automáticos de redução e classificação de dados. Essa possibilidade metodológica foi adotada por Kageyama e Leone (1999), para construir uma tipologia dos municípios paulistas com dados do Censo demográfico de 1991. Aplicando-se análises de componentes principais (sobre 24 variáveis) e de classificação (*cluster analysis*), foram gerados cinco grupos relativamente homogêneos de municípios, que serviram como base para este trabalho. Os grupos ou regiões foram assim denominados: rural muito pobre, rural pobre, intermediário, urbano em expansão e urbano denso.<sup>8</sup>

## DESCRIÇÃO DAS REGIÕES

A Tabela 1 mostra os principais indicadores para as cinco regiões, assinalando-se, em negrito, os valores máximos e mínimos. Com exceção

---

<sup>7</sup> No trabalho citado de Kageyama (1998), encontra-se uma extensa relação bibliográfica a respeito do tema. Alguns exemplos de trabalhos que propõem a superação do corte rural-urbano são Saraceno (1994), Murdoch e Marsden (1994) e trabalhos ligados à pesquisa do Arkleton Trust.

<sup>8</sup> Embora um tanto subjetivos, os nomes dados às classes procuram refletir os aspectos mais importantes na sua configuração. Dado que cada grupo é resultado de uma combinação de valores das 24 variáveis utilizadas, seria difícil estabelecer limites numéricos objetivos para identificar cada um; daí, o uso de um ou dois adjetivos que remetam sinteticamente à característica mais marcante dos grupos. Os 572 municípios estão distribuídos entre os grupos da seguinte forma: rural muito pobre, 100 municípios; rural pobre, 171; intermediário, 156; urbano em expansão, 81; urbano denso, 64 municípios.

da renda média (em salários mínimos de 1991) e da densidade demográfica (em pessoas por km<sup>2</sup> de superfície territorial), os demais indicadores estão expressos em proporções de pessoas com setor de ocupação principal “agropecuária”; excetuando-se a proporção de população rural, o crescimento populacional entre 1980 e 1991 e a densidade demográfica, que abrangem toda a população residente.

**Tabela 1-** Valores de alguns indicadores selecionados para as cinco regiões de São Paulo, 1991

Indicador	Rural muito pobre	Rural pobre	Intermediária	Urbano em expansão	Urbano denso	Total do estado
Água canalizada	<b>0.64</b>	0.81	0.91	0.80	<b>0.92</b>	0.81
Geladeira	<b>0.47</b>	0.76	0.83	0.65	<b>0.85</b>	0.72
Instalação sanitária	<b>0.27</b>	0.34	<b>0.64</b>	0.43	<b>0.55</b>	0.48
Telefone	<b>0.04</b>	0.07	0.09	0.10	<b>0.21</b>	0.10
TV em cores	<b>0.15</b>	0.29	0.35	0.29	<b>0.52</b>	0.32
Densidade demográfica	<b>22.40</b>	31.03	63.50	302.00	<b>805.84</b>	127.07
População rural	<b>0.42</b>	0.34	0.18	0.10	<b>0.09</b>	0.07
PEA agrícola	<b>0.48</b>	0.44	0.30	0.13	<b>0.09</b>	0.08
Crescimento populacional	0.09	<b>0.01</b>	0.29	<b>0.56</b>	0.42	0.26
Alfabetizados	<b>0.77</b>	0.83	0.82	0.79	<b>0.86</b>	0.82
Autônomos	0.24	0.26	<b>0.14</b>	0.27	<b>0.36</b>	0.23
Empregados com cart.	<b>0.38</b>	0.39	0.70	0.52	<b>0.55</b>	0.55
PEA agrícola urbana	<b>0.32</b>	0.39	0.59	0.62	<b>0.65</b>	0.49
Renda média	<b>1.45</b>	1.73	2.42	2.47	<b>4.44</b>	2.52
Proporção de pobres	<b>0.52</b>	0.46	0.22	0.30	<b>0.21</b>	0.34

Fonte: Kageyama e Leone (1999).

A maioria dos indicadores apresenta fortes contrastes entre as regiões, especialmente entre a mais rural e a mais urbana. Por exemplo, a densidade demográfica na primeira região é de 22,4 pessoas/km<sup>2</sup>, contra 805,8 pessoas/km<sup>2</sup> na última; as pessoas que trabalham na agricultura e residem em domicílio urbano atingem 32% e 65% nessas duas regiões, respectivamente; a renda média tem como extremos 1,45 SM e 4,44 SM, e assim por diante. Notam-se, em particular, as diferenças de crescimento populacional entre as regiões, dado que duas estão praticamente estagnadas (as mais pobres) enquanto outras apresentam elevado dinamismo populacional. Esses contrastes ilustram a heterogeneidade interna do estado, o que justifica plenamente a adoção

de cortes regionais em estudos sobre população agrícola ou rural. A seguir, a caracterização das regiões e sua localização aproximada no estado.

**Rural Muito Pobre:** O tipo de região representado por esta classe é basicamente agrícola, rural e muito pobre. Seus cinco municípios mais representativos são Paranapanema, Miracatu, Pariquera-Açu, Nazaré Paulista e Mirante do Paranapanema, mas a região abrange todo o sul e o extremo-oeste do estado, englobando os municípios do Pontal do Paranapanema, o extremo-leste, na divisa com o Rio de Janeiro, além de um pequeno grupo de municípios no centro-oeste do estado.

**Rural Pobre:** Apresenta algumas características semelhantes à classe 1, mas sua marca típica é a estagnação populacional (a população total variou apenas 1%, de 1980 a 1991), com reduzida variação da PEA (12% no mesmo período). A renda média é baixa e a densidade demográfica está muito abaixo da média do estado. Em resumo, é uma região pobre, predominantemente rural, de baixa densidade demográfica e praticamente estagnada tanto em termos da população total quanto das oportunidades no mercado de trabalho. Os municípios mais típicos da classe localizam-se a noroeste do estado (Lavínia, Pontes Gestal, Guaraçai, Mirassolândia, Guarani d'Oeste), mas há uma longa faixa de municípios que se estende desde a divisa com o Paraná até o norte, na divisa com Minas Gerais.

**Intermediária:** Esta classe está em posição intermediária, constituindo uma espécie de “tipo médio” de município de São Paulo (em termos dos indicadores utilizados). Os indicadores que mais contribuem para caracterizar a classe são, em primeiro lugar, a alta porcentagem de empregados agrícolas com carteira de trabalho assinada pelo empregador e a baixa proporção de autônomos, configurando um mercado de trabalho assalariado bem estruturado para a agricultura. A proporção de pobres é baixa e há acesso razoável a bens domésticos e à educação básica. A classe forma uma grande área contígua, como se fosse o “primeiro quadrante” do estado de São Paulo: vai do centro (Botucatu, Jaú) até o norte (Catanduva) e a divisa com Minas Gerais, a leste (S. João da Boa Vista, São José do Rio Pardo). Abrange diversos municípios ao redor de Ribeirão Preto (mas não este). Os municípios desta classe encontram-

se, geralmente, no entorno de um município “pólo”, grande e altamente urbanizado. Esses “pólos”, por sua vez, pertencem à última classe, que se caracteriza por densidade demográfica alta e forte urbanização.

**Urbano em Expansão:** Esta classe se define pela alta porcentagem de população urbana e pela grande expansão populacional, de 1980 a 1991, sugerindo novas oportunidades ao mercado de trabalho e, portanto, à pluriatividade. A população total aumentou 56%, e a PEA total, 67%, nos onze anos, valores que estão bem acima das outras regiões. Essa capacidade de expansão populacional não pode ser confundida com melhor qualidade de vida, pelo menos de imediato, pois os indicadores de acesso a bens, alfabetização, água e saneamento encontram-se abaixo das médias estaduais, e a renda média supera apenas ligeiramente a média do estado. Os municípios mais representativos são altamente industriais, como Cubatão, Votorantim, Cabreúva, e a classe é formada por grandes áreas contíguas, geralmente próximas de grandes municípios industriais, como toda a área próxima ao litoral norte, no entorno de São José dos Campos e a partir de Cubatão, e as áreas em torno de Sorocaba e alguns municípios próximos de Campinas e São Paulo.

**Urbano Denso:** Uma designação alternativa para esta classe também poderia ser “urbana rica”, já que a renda média é quase o dobro da média do estado, e a proporção de pobres é mínima entre todas as classes. Esse grupo de municípios se refere às áreas urbanas densamente povoadas, com populações rural e agrícola diminutas e, apesar da já elevada densidade populacional, com fortes variações positivas da população entre os dois censos: 42% para a população total e 49% para a PEA, bem acima do total do estado. Os municípios típicos dessa classe são Sorocaba, Campinas, Assis, Americana. Fazem parte dela também outros “pólos”, como São Paulo (e todo seu entorno), Santos, Ribeirão Preto, Araçatuba, São José do Rio Preto, Franca, Jundiá, entre outros.



## RESULTADOS

### Participação dos domicílios agrícolas nas regiões

Nas Tabelas 2 e 3, que mostram a distribuição das pessoas e domicílios por região, nota-se que a região intermediária abriga mais de um terço da população ocupada na agricultura e dos domicílios agrícolas do estado; a região de menor peso relativo em termos populacionais é a rural muito pobre, que abrange áreas pouco povoadas do sul do estado e da região do Pontal do Paranapanema. Nessa região, no entanto, os domicílios agrícolas representam 34,1% do total de domicílios, em contraste com a média do estado, que é de 9,3%. Verifica-se, também, que apenas a região denominada urbana em expansão apresenta uma densidade de moradores por domicílio razoavelmente acima da média; as demais não diferem muito da média do estado (4,3 pessoas por domicílio).

**Tabela 2 -** Dados gerais de população por região de São Paulo, 1995. (nº de pessoas)

Regiões	Domicílios agrícolas	Pessoas residentes nos domicílios agrícolas	Ocupados na agricultura	Residentes/domicílio
Rural muito pobre	77.012	331.988	125.295	4,3
Rural pobre	196.859	798.870	364.726	4,1
Intermediária	292.726	1.260.135	490.010	4,3
Urbano em expansão	168.108	790.112	273.319	4,7
Urbano denso	113.543	460.471	177.909	4,1
Total	848.248	3.641.576	1.431.259	4,3

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

As duas regiões mais urbanizadas abrigam cerca de um terço dos domicílios e pessoas ocupadas na agricultura do estado de São Paulo, o que reflete a importância da integração rural-urbana para as atividades agrícolas, como ocorre nos países desenvolvidos.

**Tabela 3-** Participação relativa das regiões no número de pessoas e domicílios. São Paulo, 1995. (em %)

Regiões	Domicílios agrícolas	Pessoas residentes nos domicílios agrícolas	Pessoas ocupadas na agricultura
Rural muito pobre	9,1	9,1	8,8
Rural pobre	23,2	21,9	25,5
intermediária	34,5	34,6	34,2
urbano em expansão	19,8	21,7	19,1
Urbano denso	13,4	12,6	12,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

Na Tabela 4, as variáveis são calculadas em relação aos totais de cada região, ou seja, domicílios agrícolas em relação ao total de domicílios, pessoas residentes nos domicílios agrícolas em relação ao total de residentes na região e pessoas ocupadas na agricultura em relação ao total da PEA. O contraste mais forte dá-se entre a região do tipo urbano denso, com apenas 2%, aproximadamente, de domicílios e pessoas agrícolas, e a região rural pobre, em que cerca de 50% dos domicílios e pessoas têm ligação com a agricultura. Nota-se a elevada dispersão dos dados em relação à média do estado, o que reforça, mais uma vez, a necessidade de cortes regionais nos estudos de pluriatividade ou mesmo de características gerais da população agrícola.

**Tabela 4 -** Participação dos domicílios agrícolas e pessoas ocupadas na agricultura, nas regiões de São Paulo, 1995 (em %)

Regiões	Domicílios agríc./ total	Residentes em dom. agrícolas/ total de residentes	Ocupados na agricultura/PEA total
Rural muito pobre	34,1	40,4	30,8
Rural pobre	49,9	56,6	46,8
Intermediária	22,8	26,3	19,7
Urbano em expansão	11,0	13,2	9,0
Urbano denso	2,0	2,2	1,7
Total	9,3	10,8	8,2

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

Ao introduzir a divisão entre os domicílios, segundo presença ou não de pluriatividade, apresentam-se, a seguir, os dados gerais por região. A tabela 5 mostra a população residente e a ocupada na agricultura e as correspondentes distribuições relativas por região.

**Tabela 5** - Pessoas residentes e ocupadas na agricultura nos domicílios monoativos e pluriativos nas regiões de São Paulo, 1995 (nº de pessoas e % do total de cada região)

Região	Residentes		Ocupados na agricultura	
	Dom. pluriativos	Dom. monoativos	Dom. pluriativos	Dom. monoativos
Rural muito pobre	129.284 (38,9)	202.704 (61,1)	31.124 (24,8)	94.171 (75,2)
Rural pobre	359.124 (45,0)	439.746 (55,0)	120.510 (33,0)	244.216 (67,0)
Intermediária	639.242 (50,7)	620.893 (49,3)	185.947 (38,0)	303.265 (62,0)
Urbano em expansão	494.001 (62,5)	296.111 (37,5)	122.890 (45,0)	150.429 (55,0)
Urbano denso	322.480 (70,0)	137.991 (30,0)	91.986 (52,2)	84.271 (47,8)
Total	1.944.131 (53,4)	1.697.445 (46,6)	552.457 (38,7)	876.352 (61,3)

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

Pode-se verificar que, quanto mais rica e urbana a região (na direção do primeiro ao quinto grupo), maior a proporção de moradores em domicílios pluriativos. Na região rural muito pobre é minoritária a fração dos residentes em domicílios pluriativos, mas, a partir do terceiro grupo, ultrapassa os 50%, chegando ao grupo urbano denso com 70% da população residente nesse tipo de domicílio. Para os ocupados na agricultura, há também expressivo crescimento do percentual de residentes em domicílios pluriativos, quando se percorre a tabela no sentido das regiões mais urbanizadas. Na região mais pobre, 75% das pessoas ocupadas na agricultura moram em domicílios exclusivamente agrícolas, mas na região mais urbanizada essa fração cai para menos de 50%. Em resumo, quanto mais urbanizada e rica a economia regional, maior a incidência de moradores e trabalhadores agrícolas em domicílios pluriativos.

## Características da pluriatividade por região

### *Rendas*

A renda domiciliar média dos domicílios agrícolas pluriativos é, sistematicamente, superior à dos monoativos, em todas as regiões analisadas, embora os diferenciais variem entre regiões. Entre os pluriativos, a renda média no grupo urbano denso (13,5 salários mínimos) é o dobro ou mais das duas regiões mais pobres (6,8 e 4,9 salários mínimos). Para os monoativos, porém, na região mais rica, a renda domiciliar é quatro vezes a da região mais pobre (11,4 e 2,9 salários mínimos, respectivamente) e três vezes a da segunda região (3,8 s.m.)<sup>9</sup>. A pluriatividade parece constituir uma estratégia bem-sucedida para elevar a renda *das regiões mais pobres* e, assim, reduzir as desigualdades regionais de renda. Nota-se que a maior relação entre rendas dos pluriativos e monoativos ocorre na região rural muito pobre (2,3 para renda domiciliar e 1,6 para renda de todos os trabalhos). Como se observa na Tabela 6, o diferencial de rendas a favor dos pluriativos é significativamente maior nas regiões “rural muito pobre” e “intermediária”, seja qual for o tipo de rendimento analisado. Parece haver dois efeitos na determinação das variações das rendas médias entre domicílios e pessoas agrícolas:

a) Um efeito região, que atua de duas formas: de forma direta, em razão da própria regionalização adotada, que garante sempre rendas mais altas para as regiões mais urbanizadas; e, de outra forma, sobre as *diferenças* entre pluri e monoativos, atuando, positivamente, na região mais rural (na qual, possivelmente, qualquer complemento não-agrícola pesa bastante na renda) e na região de agricultura mais dinâmica e moderna (a região intermediária, que concentra a produção paulista de cana, laranja e soja); esta última região conta com a proximidade de muitos centros urbanos importantes que podem funcionar como “pólos” para obtenção

<sup>9</sup> A título de comparação, informa-se que o rendimento médio de todos os domicílios do Estado de São Paulo, pela PNAD de 1995, era de 11,25 salários mínimos do mesmo ano; a média para os domicílios urbanos era de 11,65 salários mínimos e para os rurais 5,57 salários mínimos.

de rendas complementares;

b) Um efeito da existência de múltiplas atividades, que faz com que os domicílios pluriativos tenham maiores rendas médias, em praticamente todas as regiões.

**Tabela 6 - Comparação dos rendimentos médios dos domicílios e pessoas entre domicílios monoativos e pluriativos nas regiões de São Paulo, 1995 (em salários mínimos)**

Região	Renda dos domicílios			Rendas de todos os trabalhos por pessoa		
	Pluriativos (A)	Monoativos (B)	Relação A/B	Dom. pluriat. (C)	Dom. monoat. (D)	Relação C/D
Rural muito pobre	6,8	2,9	2,3	1,4	0,8	1,6
Rural pobre	4,9	3,8	1,3	1,0	1,0	1,0
Intermediária	9,4	4,5	2,1	1,9	1,2	1,6
Urbano em expansão	10,8	9,8	1,1	2,0	2,2	0,9
Urbano denso	13,5	11,4	1,2	2,5	2,5	1,0

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

Quando se consideram as rendas de todos os trabalhos por pessoa ocupada, tende-se a prevalecer o efeito regional antes apontado, havendo, inclusive, uma região (urbano em expansão) em que as pessoas residentes em domicílios pluriativos têm renda média ligeiramente inferior à das residentes em domicílios exclusivamente agrícolas<sup>10</sup>. Essa conclusão pode ser estendida para “rendimentos de todas as fontes” e “rendimento do trabalho principal”. Os dados não foram apresentados por terem comportamento praticamente igual ao dos “rendimentos de todos os trabalhos”.

As diferenças entre os rendimentos médios obtidos no trabalho principal e no conjunto de todos os trabalhos podem indicar a importância da pluriatividade para famílias e pessoas ocupadas na agricultura. Calculando-se as diferenças entre os rendimentos de todos os trabalhos

<sup>10</sup> Uma primeira explicação é que poderia haver um problema de erro de declaração das rendas, por exemplo, pelo predomínio de autônomos em determinadas regiões. Como se sabe, a estimação de rendimentos variáveis, como é geralmente o caso dos autônomos e conta própria, é muito mais sujeita a erro do que os rendimentos fixos, como os salários. No entanto, a proporção de autônomos (conta própria, empregadores, produtores de autoconsumo e autoconstrução) varia pouco entre as cinco regiões, não parecendo constituir uma explicação adequada para os diferentes comportamentos regionais. Seus valores são os seguintes, seguindo a ordem das regiões que aparece nas tabelas: 12,5%, 18,6%, 11,1%, 12,7% e 19,3%. Nota-se que a região tipo urbano em expansão tem um dos valores mais baixos para a proporção de autônomos, não devendo ser essa a causa da discrepância apontada na tabela 6.

e o do trabalho principal, pode-se ter uma medida do peso dos trabalhos secundários no rendimento total do trabalho; o mesmo se aplica à relação entre as outras fontes de renda (que não o trabalho) e o trabalho principal. Esses indicadores são, no entanto, limitados, porque não podem revelar, por exemplo, qual é o trabalho principal (se agrícola ou não) ou qual a importância das rendas secundárias para sobrevivência da unidade produtiva (no caso dos pequenos agricultores familiares). As diferenças entre rendimento do trabalho principal e rendimento obtido de todas as fontes podem caracterizar a pluriatividade, porque esta pode incluir atividades não diretamente definidas como trabalho (por exemplo, turismo rural, aluguel de áreas para eventos, etc.). Deve-se lembrar, porém, que as aposentadorias, pensões e rendas de aluguel, em geral, podem ter maior peso nas rendas de outras fontes. Assim, os dois indicadores da tabela 7 devem ser vistos com ressalvas.

**Tabela 7-** Acréscimos relativos dos rendimentos dos trabalhos secundários e das demais fontes de renda nos rendimentos médios do trabalho principal das pessoas entre domicílios monoativos e pluriativos, nas regiões de São Paulo, 1995 (em % do rendimento do trabalho principal)

Região	Trabalhos secundários		Outras fontes de renda	
	Dom. pluriativos	Dom. monoativos	Dom. pluriativos	Dom. monoativos
Rural muito pobre	1,6	0,3	24,0	20,4
Rural pobre	2,6	3,0	18,6	17,5
Intermediária	3,5	2,4	21,1	38,7
Urbano em expansão	5,3	1,2	25,4	30,6
Urbano denso	5,7	3,0	36,7	62,8

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

Observa-se, novamente, um forte efeito regional na determinação das diferenças, especialmente para os domicílios pluriativos, ou seja, nas duas regiões mais urbanizadas, os trabalhos secundários ou as outras fontes de renda garantem maiores acréscimos ao rendimento do trabalho principal do que nas demais regiões, nos dois tipos de domicílios<sup>11</sup>. Os

<sup>11</sup> Nota-se que, pelas definições adotadas, os trabalhos secundários nos domicílios monoativos só podem ser em atividades agrícolas.

trabalhos secundários afetam mais os domicílios pluriativos (elevando em cerca de 5% o rendimento obtido com o trabalho principal, nas regiões mais urbanas), enquanto as demais fontes de renda têm efeito mais forte sobre os domicílios exclusivamente agrícolas (elevando os rendimentos básicos do trabalho principal em mais de 60%, na região tipo “urbano denso”).

### Escolaridade

As pessoas residentes em domicílios pluriativos tendem a ter maior escolaridade do que as residentes em domicílios não-pluriativos, em todas as regiões, conforme mostram as tabelas 8 e 9.

Nos domicílios agrícolas pluriativos há, em média, 13,6% de pessoas com 9 anos ou mais de estudo (portanto, com mais do que segundo grau completo), chegando a mais de 20% na região mais urbanizada; nos monoativos, essa média é menor (7,1%) e, mesmo na última região, não atinge 15%. No outro extremo, a proporção dos sem-instrução é, em média, maior no grupo dos monoativos, embora se verifiquem situações inversas nas duas regiões mais urbanizadas.

**Tabela 8** - Distribuição das pessoas residentes em domicílios pluriativos segundo anos de estudo nas regiões de São Paulo, 1995. (em % dos que informaram anos de estudo)

Região	Sem instrução	Até 4 anos	Até 8 anos	9 anos ou mais	Total
Rural muito pobre	23,7	41,2	25,2	9,9	100,0
Rural pobre	11,1	49,7	25,8	13,4	100,0
Intermediária	14,2	46,0	25,6	14,2	100,0
Urbano em expansão	18,7	46,4	26,8	8,1	100,0
Urbano denso	13,3	44,7	20,4	21,6	100,0
Total	15,2	46,2	25,0	13,6	100,0

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

As variações regionais dentro de cada grupo são importantes, o que mostra que o efeito região se faz presente também nessa variável. Nos domicílios pluriativos, por exemplo, há 65% de pessoas até a segunda faixa (até 4 anos de estudo), na região mais pobre e rural, caindo para 58%, na mais densa e urbanizada. Entre os monoativos, as frações

correspondentes são bem maiores, 84% e 66%, respectivamente.

**Tabela 9** - Distribuição das pessoas residentes em domicílios agrícolas monoativos segundo anos de estudo nas regiões de São Paulo, 1995.(em % dos que informaram anos de estudo)

Região	Sem instrução	Até 4 anos	Até 8 anos	9 anos ou mais	Total
Rural muito pobre	26,3	57,7	12,9	3,1	100,0
Rural pobre	17,4	48,1	24,5	10,1	100,0
Intermediária	26,0	50,9	18,9	4,2	100,0
Urbano em expansão	16,9	56,6	19,1	7,4	100,0
Urbano denso	11,4	54,7	18,9	14,9	100,0
Total	20,9	52,3	19,7	7,1	100,0

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

### *Tipo de família*

Uma das diferenças mais claras entre domicílios agrícolas pluri e monoativos diz respeito ao tipo de família. Comparando-se a tabelas 10 com a 11 pode-se constatar maior incidência de famílias jovens (sem filhos ou com filhos menores de 14 anos)<sup>12</sup> entre os monoativos. Para o total do estado, os pluriativos têm, em média, 60% de famílias com filhos de 14 anos ou mais (famílias mais velhas), enquanto nos domicílios exclusivamente agrícolas essa média é de 42%. Nota-se, também, a diversidade regional desse indicador, vistos que, nos pluriativos, predominam famílias mais velhas na região rural pobre (66%); nos monoativos, ao contrário, há maior proporção de famílias com filhos de 14 anos ou mais na região tipo urbano denso (51,8%). Na região intermediária (de agricultura mais moderna do estado) ocorre o máximo valor da proporção de famílias jovens, nos monoativos (57%), porém um valor próximo da média, nos pluriativos (33%).

<sup>12</sup> Admite-se que nas famílias sem filhos tendem a predominar casais jovens, mas há, também, casais idosos cujos filhos já deixaram a residência dos pais. Na construção do indicador, considerou-se "com filhos menores de 14 anos" a família que tem exclusivamente filhos nessa faixa etária; "com filhos maiores de 14 anos", inclui famílias que têm só filhos nessa faixa e também as que possuem filhos maiores e menores de 14 anos; "outro tipo de família" corresponde a famílias que não se enquadram nos três tipos anteriores, por exemplo, formada por um chefe e pensionistas sem relação de parentesco.



Observa-se que, embora aparentemente os domicílios pluriativos tendam a ter famílias em média mais velhas, não se pode estabelecer uma relação simples entre tipo de família e região, dada a diversidade de situações presentes.

**Tabela 10** - Distribuição dos residentes em domicílios pluriativos segundo o tipo de família nas regiões de São Paulo, 1995. (em %)

Região	Casal sem filhos	Filhos <14 anos	Filhos >14 anos	Outro tipo	Total
Rural muito pobre	9,9	37,7	50,6	1,9	100,0
Rural pobre	2,7	25,3	66,2	5,8	100,0
Intermediária	5,1	28,3	61,0	5,5	100,0
Urbano em expansão	4,7	27,7	61,7	5,9	100,0
Urbano denso	7,0	22,9	54,7	15,3	100,0
Total	5,2	27,3	60,4	7,0	100,0

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

**Tabela 11** - Distribuição dos residentes em domicílios monoativos segundo o tipo de família nas regiões de São Paulo, 1995 (em %)

Região	Casal sem filhos	Filhos <14 anos	Filhos >14 anos	Outro tipo	Total
Rural muito pobre	7,9	45,3	41,3	5,5	100,0
Rural pobre	12,2	43,2	39,6	5,1	100,0
Intermediária	11,8	44,9	39,3	4,0	100,0
Urbano em expansão	7,3	37,9	48,5	6,3	100,0
Urbano denso	9,4	30,7	51,8	8,1	100,0
Total	10,5	42,1	42,2	5,2	100,0

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

### *Jornadas semanais de trabalho*

Considerando-se as horas semanais em todos os trabalhos para as pessoas de 10 anos ou mais, as tabelas 12 e 13 permitem verificar que, em média, os domicílios pluriativos têm cerca de 26% das pessoas com jornadas acima de 48 horas semanais, contra uma média de 36% dos monoativos. Comparando-se as regiões, apenas nas duas mais pobres e rurais têm-se proporções quase iguais nesse indicador (16% a 28%, para os pluriativos, e 14% a 27%, para os monoativos); nas outras regiões,

há significativa diferença de maiores jornadas para os monoativos, destacando-se a região urbano em expansão, em que 62% das pessoas residentes em domicílios exclusivamente agrícolas têm jornadas de 49 horas ou mais por semana. Deve-se lembrar que a agricultura representa uma fração muito pequena das atividades econômicas dessa região, embora com culturas especializadas e típicas da agricultura familiar, como a uva, as quais, geralmente, demandam trabalhos intensivos. Um efeito exclusivamente regional não explicaria a razão pela qual, nessa mesma região, os domicílios pluriativos têm apenas 31% de pessoas com jornadas de 49 horas ou mais.

**Tabela 12** - Distribuição dos residentes em domicílios pluriativos segundo a jornada semanal de trabalho nas regiões de São Paulo, 1995 (em %)

Região	Até 39 horas	de 40 a 48 horas	49 horas e mais	Total
Rural muito pobre	25,0	59,2	15,8	100,0
Rural pobre	26,2	46,0	27,8	100,0
Intermediária	21,4	56,5	22,1	100,0
Urbano em expansão	26,2	42,6	31,1	100,0
Urbano denso	21,1	51,9	27,0	100,0
Total	23,7	50,5	25,9	100,0

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

**Tabela 13** - Distribuição dos residentes em domicílios monoativos segundo a jornada semanal de trabalho nas regiões de São Paulo, 1995. (em %)

Região	Até 39 horas	de 40 a 48 horas	49 horas e mais	Total
Rural muito pobre	8,8	77,4	13,7	100,0
Rural pobre	36,7	36,7	26,6	100,0
Intermediária	15,1	49,3	35,6	100,0
Urbano em expansão	16,3	21,8	61,9	100,0
Urbano denso	29,0	28,8	42,2	100,0
Total	22,1	41,7	36,2	100,0

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

## Setores de atividade dos pluriativos

Os domicílios pluriativos têm, por definição, um ou mais residentes ocupados em outros setores de atividade que não seja a agricultura. A tabela 14 permite verificar que a agricultura representa, em média, apenas 45% das ocupações desses domicílios, havendo pouca variação regional. Só na região rural pobre (a maioria formada por municípios da área de café e algodão do oeste do estado), essa fração chega a 50%, enquanto nas regiões urbanizadas está mais próxima dos 40%.

Um aspecto, de certa forma inesperado, a notar é que as participações dos outros setores nas ocupações dos pluriativos não mostram variações regionais muito acentuadas. As ocupações industriais, por exemplo, participam com 11,5% tanto na região mais rural como na mais urbana, e os serviços variam de 20% a 25%, aproximadamente, nas diversas regiões. É preciso ressaltar, no entanto, que os tipos de emprego, agregados sob os rótulos de “indústria” ou “serviços”, podem ser muito diferentes, quer se trate de uma zona industrial próxima aos grandes centros urbanos, quer se trate das regiões pobres do vale do Ribeira e do litoral norte do estado. Os dados sugerem que somente estudos em níveis mais desagregados poderiam esclarecer a importância local de certas atividades comerciais e urbanas para as ocupações e rendas das famílias pluriativas.

**Tabela 14** - Distribuição das pessoas ocupadas dos domicílios pluriativos por setor de atividade nas regiões de São Paulo, 1995 (em %)

Região	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	Serviços	Outros	Total
Rural muito pobre	44,8	11,5	6,9	5,7	26,4	4,6	100,0
Rural pobre	50,0	7,6	5,6	7,3	21,5	7,9	100,0
Intermediária	46,2	16,3	3,4	4,6	18,7	10,9	100,0
Urbano em expansão	40,5	11,4	8,8	7,1	22,2	10,1	100,0
Urbano denso	43,1	11,7	3,0	7,6	21,9	12,6	100,0
Total	44,9	12,3	5,3	6,3	21,1	4,6	100,0

Fonte dos dados básicos: PNAD de 1995.

## CONCLUSÃO

A análise das características da pluriatividade na agricultura paulista foi conduzida para mostrar a importância de cortes regionais adequados à melhor compreensão desse fenômeno. O nível de agregação utilizado neste trabalho ainda pode ser considerado excessivo, se o objetivo é compreender as relações entre a pluriatividade e as economias locais, como recomendam os principais trabalhos sobre o tema<sup>13</sup>.

Os domicílios agrícolas, em São Paulo, abrigam mais de 3,5 milhões de pessoas, distribuídas em regiões com características muito diferentes entre si para que possam ser tratadas em conjunto. Na região mais pobre, mais de 40% das pessoas residentes encontram-se em domicílios agrícolas; enquanto na mais rica essa fração é de apenas 2%. Quanto mais rica e urbana a região, maior a proporção de pessoas residentes em domicílios agrícolas pluriativos, o que mostra a importância diversa que o fenômeno assume regionalmente.

Para características como renda e escolaridade, o efeito regional parece mais evidente, mesclando-se com o fato de o domicílio ser ou não pluriativo; para outras características, como o tipo de família, por exemplo, parece predominar o efeito do tipo de domicílio (pluriativo ou monoativo), em vez das características regionais. A diversidade regional dos tipos de ocupação das famílias pluriativas em outros setores não se revelou conforme o esperado, pois se verifica uma certa homogeneidade na distribuição entre os setores de atividade, indicando, provavelmente, que o nível de desagregação dos dados é insuficiente para captar o fenômeno desejado. Em resumo, nem sempre é possível estabelecer relações simples e invariáveis entre os tipos de região e as características da pluriatividade, o que não invalida, porém, o argumento de que a diversidade regional é extremamente importante nesse caso.

---

<sup>13</sup> Um trabalho exemplar, no Brasil, é o de Schneider (1998), que estudou a pluriatividade das famílias de colonos na região calçadista do Rio Grande do Sul (microrregiões homogêneas do Vale dos Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari). Esse autor mostra o desenvolvimento articulado que se estabeleceu entre as estratégias das indústrias de calçados (terceirização de partes do processo produtivo ou contratação de filhos de colonos como assalariados nas fábricas) e a agricultura familiar, que passou a se responsabilizar pelo plantio de acácia negra para fornecer matéria-prima (tanino) às indústrias, além de absorver partes da confecção de calçados em seus próprios domicílios e fornecer trabalhadores para as fábricas. Esse é um exemplo de perfeita integração entre a pluriatividade e a economia local. Para uma discussão mais geral sobre a importância das economias locais na pluriatividade, ver também Saraceno (1994).

A sugestão mais forte deste trabalho é que o sentido geral da proposta metodológica, de tratar a pluriatividade em termos regionais que se aproximem o melhor possível da idéia de “economias locais”, é correto, pois a diversidade econômica e social do território brasileiro é muito acentuada, alterando as características que possam ser observadas entre as famílias agrícolas, especificamente com relação à pluriatividade. Mesmo num estado como São Paulo, que possui uma malha urbana densa em todo o seu interior, com boas vias de comunicação rodoviária entre quase todos os seus pontos, é possível identificar claramente distintos tipos de economias regionais, com grandes diferenciais entre as situações extremas.

Complementarmente, o trabalho deixa clara a necessidade de tentar superar as limitações impostas pelos dados secundários, em especial, a dificuldade de trabalhar com áreas menores e setores mais desagregados, decorrente dos problemas inerentes às estatísticas amostrais. Fontes de dados secundários, colhidos por instituições estaduais ou municipais e pesquisas de campo com levantamentos primários, deverão ser privilegiadas para poder aprofundar os estudos no tema.

**AGRADECIMENTOS:** Este trabalho teve apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e da FAPESP (Projeto RURBANO, do IE/UNICAMP). A autora agradece Rodolfo Hoffmann e José Graziano da Silva, pelos comentários, bem como as sugestões dos pareceristas da revista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arkleton Trust (1987). **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier, Montpellier.

BARTHEZ, A. (1987) Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura. Arkleton Research. **Cambio Rural en Europa**. Colóquio de Montpellier. p.161-177.

KAGEYAMA, A. (1998). Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**. 2(3): 515-551.

KAGEYAMA, A. e E. T. LEONE (1999). **Uma tipologia dos municípios paulistas com base em indicadores sócio-demográficos**. Texto para Discussão 66. Campinas, Instituto de Economia.

MURDOCH, J. e T. MARSDEN (1994). **Reconstituting rurality - Class, community and power in the development process**. London, UCL Press.

SARACENO, E. (1994). "Recent trends in rural development and their conceptualisation." **Journal of Rural Studies** 10(4): 321-330.

SCHNEIDER, S. (1999). **Agricultura familiar e industrialização difusa - As transformações recentes da agricultura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS. (no prelo)